



REPENSANDO A QUESTÃO DA TRANSCRIÇÃO DE INQUÉRITOS ORAIS:
(RECONSIDERING THE QUESTION OF THE TRANSCRIPTION OF ORAL
INQUIRIES)

Waldemar FERREIRA NETTO (USP)
Angela C. S. RODRIGUES (USP)

ABSTRACT: In this paper we discuss some questions related to pause marking and the suppression of segments in the transcription of interviews for the Projeto Filologia Bandeirante. We propose a system for the graphic representation of the stream of speech in two lines, the first of them corresponding to the conventional orthographic transcription and the second to a phonetic transcription.

KEYWORDS: transcription; phonetic transcription; pause; oral interviews

1. Observações iniciais

Desde 1997, um grupo de pesquisadores de diferentes universidades brasileiras vêm desenvolvendo trabalhos no âmbito do *Projeto Filologia Bandeirante*, descrito por Cohen *et alii* (1997) e Megale (2000), que tem como objetivo principal buscar comprovar a preservação de camadas lingüísticas do Português Antigo ou do Português dos séculos XVI e XVII no Brasil, com base em dados colhidos na língua falada por idosos em localidades situadas nas áreas das trilhas das bandeiras, bem como em documentos escritos naquele momento da história do Brasil. Assim, os inquéritos que compõem o *corpus* do Projeto devem e estão sendo fixados em dois momentos diferentes e de duas maneiras diversas e complementares: inicialmente são gravados em CDs, que podem ser copiados em fitas magnéticas ou arquivos sonoros digitalizados; em segundo lugar, são transcritos. Consideramos a transcrição, fase significativa dos estudos de língua oral/falada, operação preliminar imprescindível na medida em que transforma o material sonoro em material gráfico, acessível a leitores não familiarizados com questões de língua oral.

É conveniente que se enfatizem algumas informações sobre o Projeto para que se confirme a pertinência dos procedimentos de transcrição por nós adotados. Os pesquisadores do Projeto buscam caracterizar uma variedade do Português Brasileiro, a língua falada em núcleos rurais de quatro estados brasileiros, localizados na rota dos bandeirantes. É a língua usada por falantes idosos, isto é, com mais de 50 anos de idade, que nessas localidades adquiriram o seu vernáculo em contato com seus iguais lingüísticos, os componentes de suas comunidades de origem. Privilegiam-se os que pouco ou nenhum contato sistemático mantêm, ou mantiveram, com comunidades diferentes e mais extensas, como as urbanas.

Outro atributo social desses indivíduos é o seu grau de escolaridade: por não terem acesso à escola, que, em tese, constitui instrumento de divulgação de um padrão culto de realização lingüística, tendem a manter os hábitos adquiridos na fase de aquisição e definição de seu vernáculo. Se já nos primeiros anos de vida aprenderam a



dominar os mecanismos básicos do português oral, a sociedade não lhes permite, ou deles não exige, no decorrer da vida, alcançar outros estágios no processo de aquisição ou aprendizagem da língua materna, ou certas habilidades de expressão que instituições sociais típicas, como a escola, se encarregam de difundir. Por isso, traços caracterizadores de uma variedade de português mais antiga podem ser surpreendidos em sua fala.

Como membros dessa equipe de pesquisadores tivemos oportunidade de propor aos colegas que dele participam um conjunto de normas de transcrição que, em princípio, devem dar conta da maior quantidade possível das características sonoras desse material gravado. O sistema de transcrição sugerido pressupõe a representação gráfica das seqüências sonoras em 2 linhas. Na primeira delas (Linha 1), faz-se uma “transcrição convencional” (Urbano, s/d), isto é, utilizam-se as convenções gráficas do português escrito, com vistas a facilitar a compreensão dos enunciados. A segunda linha (Linha 2) corresponde à transcrição fonética.

2. A prática da transcrição: pressupostos e estratégias

O sistema de transcrição utilizado baseia-se, como qualquer outro, no pressuposto de que nenhuma transcrição é neutra na medida em que constitui um conjunto de convenções estabelecidas *ad hoc* pelos pesquisadores em função de seus objetivos. Nesse sentido, Marcuschi (1986:9) já afirmou que “não existe a melhor transcrição. Todas são mais ou menos boas”. Como esclarece Cintra (2000:165), “transcrever não é uma tarefa mecânica, sujeita apenas à representação de sons por símbolos gráficos, mas sim um posicionamento (ideológico) teórico, que permite estabelecer que fenômenos interessam à observação e por quê, quais de seus aspectos são relevantes para os fins pretendidos, e que grau de variação deles se pode ou poderia esperar.”

A transcrição convencional é uma transcrição ortográfica modificada no sentido de que apenas em parte são levadas em conta as normas convencionais da ortografia portuguesa, como a da separação vocabular do código escrito, por exemplo, que privilegia o vocábulo mórfico como unidade gráfica. O uso de determinadas convenções gráficas fixa e dá visibilidade ao texto que de fato existiu primeiro no plano da oralidade; elas são utilizadas por duas razões fundamentais: 1. para facilitar ao leitor compreensão das idéias contidas no texto transcrito; 2. ainda que não se busque dar conta de todas as realizações fônicas da fala de cada informante, o que é objetivo da transcrição fonética, algumas delas são e devem ser levadas em conta no sentido de facilitar ao leitor a criação de uma “imagem” do texto elaborado no plano da oralidade. Em outras palavras, o leitor pode surpreender no texto transcrito realizações fônicas características da fala do informante não só enquanto indivíduo mas, principalmente, enquanto usuário de uma determinada variedade do Português Brasileiro.

A transcrição fonética, por sua vez, procura manter algumas das características próprias da fala, que se permitem codificar por meio dos símbolos gráficos preconizados pelo IPA. Sua leitura, entretanto, não pressupõe, necessariamente, as mesmas facilidades da transcrição convencional, ainda que tenhamos procurado segmentar a seqüência de realizações de maneira bastante aproximada das segmentações convencionais: os



espaços em branco não possuem qualquer valor significativo, tais como silêncios. Uma seqüência como [vμετε μE ©]τ], para “no meu tempo era ótimo” foi transcrita com espaços:

no meu tempo era ótimo
v με τε μ E ©]τ

As diferentes supressões que não foram marcadas somente podem ser recuperadas pela leitura da transcrição convencional, em que se privilegia o sentido e, conseqüentemente, são necessárias as devidas inserções que possibilitam a compreensão do texto. É notável, portanto, que a transcrição que realizamos deve ser interpretada a partir de ambas as linhas, na medida em que são complementares, apesar de serem redundantes, em alguns momentos.

Para a transcrição fonética, procuramos ser o mais objetivos possível, sem perdermos de vista o pressuposto de que a fala se caracteriza por conjuntos de segmentos e suprasegmentos interpretáveis e interpretados como unidades lingüísticas, caso contrário a transcrição fonética se assemelharia à simples reprodução de gráficos acústicos. Dessa maneira, evitamos a representação de algumas sobreposições articulatórias, tais como a labialização de segmentos consonantais precedendo segmentos vocálicos labiais, a variação de altura que diferencia os segmentos [t] e [I], [v] e [Y], ou ainda o adiantamento de pontos de articulação de segmentos oclusivos coronais, dentre outros casos. Ainda que essas informações possam vir a ser requeridas em momentos posteriores de análise, entendemos que um detalhamento dessa natureza pressupõe um custo maior no processo de transcrição, que demandaria um tempo maior para sua realização.

Fenômenos de supressão, alternância e acréscimo de segmentos, quando detectados, foram devidamente marcados na transcrição fonética. Para tanto, utilizamos o programa *Cool Edit v. 96*, fabricado pela *Syntrillium Software Corporation*, e distribuído gratuitamente como versão demonstrativa, pelo próprio fabricante. Na medida em que esse programa nos permitiu amplas possibilidades de análise, foi possível certificarmos-nos de todas as variações encontradas. Embora a análise acústica não seja o propósito desse trabalho, mas especialmente a realização de transcrições adequadas, valemo-nos dela tão somente como um meio para a obtenção dos resultados desejados, utilizando os parâmetros que vão apresentados em Martins (1988).

A prática da transcrição mostrou ser válido estabelecer três momentos específicos para sua execução: 1. transcrição livre, como a que, em tese, qualquer leigo pode fazer; 2. transcrição fonética; 3. transcrição ortográfica convencional.

Cada um desses momentos tem seu propósito específico: O momento (1) preconiza o entendimento das gravações de uma maneira bastante geral. É apenas uma documentação primária do conteúdo das fitas ou dos disquetes. O momento (2) tem como propósito estabelecer os princípios que vão orientar a transcrição ortográfica convencional; é a partir dela que se tenta refazer a transcrição livre. Em seguida, retorna-se ao momento (1), quando se inicia um processo de interação constante com (e entre) as transcrições fonética e livre. Estabelecida uma transcrição fonética próxima de



uma ideal nem sempre muito clara e bem definida pelo pesquisador, considera-se o terceiro momento, o da transcrição ortográfica convencional: com o manual em mãos, tenta-se adequar a transcrição livre à transcrição convencional, tarefa que, em princípio, pressupõe a análise da fala do informante por parte do responsável pela transcrição fonética.

3. Normas de transcrição revisitadas

A prática da transcrição dos inquiridos do Projeto Filologia Bandeirante mostrou ser adequado não só manter mas também alterar algumas normas de transcrição, no sentido de facilitar ao leitor o acesso imediato a alguns aspectos fônicos e morfosintáticos caracterizadores da variedade do Português Brasileiro em uso nas comunidades em estudo bem como a compreensão do conteúdo da entrevista. As convenções que dão conta de fatos pragmático discursivos não serão levados em conta neste trabalho.

Como dissemos em Rodrigues e Ferreira Netto (2000, p.176-177), pesquisas têm demonstrado que, no Brasil, falantes não escolarizados ou de baixo nível de escolaridade tendem a não realizar sistematicamente fonemas correspondentes a marcas de flexão nominal e verbal, razão pela qual, em nossas transcrições, eles são representados quando efetivamente realizados, com possíveis alterações fônicas. Consideram-se, portanto, formas marcadas as que possuem uma particularidade fônica de valor mórfico, e formas não marcadas as que não possuem essa particularidade.

a) As formas de infinitivo não marcadas por r correspondem a palavras oxítonas terminadas por vogal, o que explica o acento gráfico circunflexo nas formas de 2^a. conjugação e do v. pôr, e do acento agudo nas de 1^a e 3^a conjugações. Exs. *dizê*, *contá*, *lembirá*, *tirá*, *pedí*.

b) A desinência número-pessoal mos é grafada mos ou mo, dependendo de sua efetiva realização, por exemplo: ... hoje *tamo* tudo podre.

c) Os ditongos /ow/, /ãw/, /ε)ɪ/ nas formas verbais de 3^a. pessoa são representados: quando ocorre a monotongação do ditongo /ow/ na 3^a. pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo é grafada ô, com acento circunflexo na sílaba tônica, por se tratar de palavra oxítona. Ex. l. 12 ... e a roça *cabô* né? ...e () *juntô* muita fábrica ... (...) *miorô* as estrada ...; o ditongo nasal decrescente /ãu/ é representado de acordo com as regras ortográficas convencionais: am, se átono final, e ão, se tônico. Quando se reduz à vogal desnasalada /u/ foi representado por u; e o ditongo decrescente nasal átono /ε)ɪ/ é grafado e quando realizado como vogal desnasalada.

Num primeiro momento, sugerimos, em Rodrigues e Ferreira Netto (2000, p.177), a indicação de diferentes fenômenos fônicos no corpo do texto transcrito; optamos agora por chamar atenção para os fatos fonéticos que em princípio dizem respeito à fonia do vocábulo etimológico, sem rotulá-los ou classificá-los, tarefa que caberá ao pesquisador analista do material coletado; de um modo mais econômico, limitamo-nos apenas a agrupá-los em função de caracterizarem casos de supressão, inserção ou alternância fônica.



Quanto às supressões (aférese, síncope, haplogogia e apócope), segmentos fônicos não realizados no corpo do vocábulo mórfico foram representados em itálico no texto, por exemplo: *antiguidade*, *entendeu*, *aumentô*, *entregava*, *então*, *agora*, *inverteu*, *disfrutava*, *dentro*, *quatro*, *nóis*, *doutor*, *rouba*, *roubô*, *seis*, *muiér*, *homem*, *baixo*, *pouco*, *para*, *até*, *médico*, *quilômetro*, *química*, *fábrica*, *horrível*, *católico*, *remédio*, *vício*, *ginásio*, *cemitério*, *velório*, *melhorando*, *melhorô*, *senhora*, *tinha*. Os casos de sândi não foram representados na Linha 1.

Quanto às inserções (prótese, epêntese, paragoge), segmentos fônicos inseridos foram representados graficamente com tipo semelhante ao da transcrição normal, sem qualquer marca de diferenciação, por exemplo: *nóis*, *fais*.

Nos casos de alternância de fonemas, estes são apenas reproduzidos no texto, sem qualquer marca diferenciadora. Quanto às vogais átonas finais [e] e [o], elas foram sempre representadas por e e o, independentemente de sua realização fonética. Os casos de alçamento vocálico, fenômeno comum na fala dos entrevistados foram reproduzidos tal como ocorreram, por exemplo: *descurpa*, *trabaia*, *trabaiá*, *arto*, *disfiava*, *mundô*.

Nas primeiras transcrições, independentemente de serem as sintáticas ou não-sintáticas, percebidas como mais longas ou mais breves, independentemente de sua função, as pausas foram sempre assinaladas na Linha 1 por meio de reticências. Em Rodrigues e Ferreira Netto (2000, p. 174-176), dissemos então que; “As reticências têm, portanto, nas nossas transcrições, a função de indicar as pausas que, ainda que não cronometradas, delimitam as unidades de idéias que se sucedem. Procuramos levar em conta o ritmo, as interrupções espontâneas da cadeia falada, muitas vezes associadas a variações de altura de voz, de intensidade silábica, sincronizadas com o desenvolvimento de idéias exteriorizadas pelo informante. Tais aspectos prosódicos são assinalados na Linha 2.”

Na medida em que houve a necessidade de se realizarem medições da duração de pausa de forma mais precisa, verificamos ter havido variação entre o uso das reticências e as pausas efetivamente realizadas. Por se tratar de interrupções na cadeia da fala, as reticências ora marcavam quebras sintáticas, com e sem pausas, ora silêncios, com e sem quebras sintáticas. A transcrição fonética da linha 2, em que apenas silêncios foram efetivamente marcados, permite-nos diferenciar com maior precisão fatos fonéticos de fatos especialmente sintáticos, com ou sem manifestação fonética.

Entretanto, ainda em relação às quebras sintáticas, a notação que propusemos em Rodrigues e Ferreira Netto (2000) não nos permite estabelecer pontos em que as quebras de sintaxe ocorrem sem a intercalação de silêncios. Há uma passagem, por exemplo, em que o entrevistado faz uma enumeração — ... disfiava arros... fazi/ fazia farinha fazia rapadura e tudo tudo dentro de casa — e repete o último termo, “tudo”. Da maneira como vai transcrita, a seqüência leva-nos a crer que a repetição apenas manifesta a ênfase no totalizador. Entretanto, o que ocorre de fato é uma quebra sintática e o estabelecimento de uma nova unidade — φαζι α φα©ι)]α φαζι α ραπαδυ ©α τυ δfv τυ δ δε) v δι κα ζα — que se permite notar pela variação de tom no segundo elemento da repetição. Numa transcrição ortográfica normal, esse tipo de quebra sintática seria marcada com ponto-e-vírgula ou com ponto e maiúscula; na transcrição sugerida para os inquéritos, não há como



representá-la na linha 1. Nesse caso, enfatizamos que é o conjunto das linhas que permite a adequada interpretação dos fatos lingüísticos que foram transcritos.

RESUMO: Neste trabalho são discutidas algumas questões relacionadas com marcação de pausas e supressões segmentais na transcrição dos inquéritos do projeto Filologia Bandeirante. Propõe-se um sistema de representação gráfica da cadeia da fala, em duas linhas correspondendo a primeira delas à transcrição convencional e a segunda, à transcrição fonética.

PALAVRAS-CHAVE: transcrição; transcrição fonética; pausas; inquéritos orais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTILHO, A T. e PRETI, D. (orgs.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo v. I: Elocuções Formais*. São Paulo, T. A Queiroz, 1986.
- CHAFE, W. L. Integration and Involvement in Speaking, Writing and Oral Literature. In: TANNEN, D. (ed.) *Oral and written discourse*. Norwood, N. J., 1982.
- . Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D. R., TORRANCE, N., HILDYARD, A (eds.) *Literacy, Language and Learning*. The Nature and Consequences of Reading and Writing. Cambridge, Cambridge University Press, p. 105-123, 1985.
- CINTRA, G. Filologia Bandeirante: Registro de entrevistas. In: *Filologia Bandeirante. Estudos I*. São Paulo, Humanitas. p.163-169, 2000.
- COHEN, M. A A M. et alii. Filologia Bandeirante. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n. 1, p. 79-94, 1997.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo, Ática, 1986.
- MARTINS, M.R.D. *Ouvir Falar. Introdução à fonética do Português*. Lisboa, Caminho, 1986.
- RODRIGUES, A C.S e FERREIRA NETTO, W. Transcrição de inquéritos: problemas e sugestões. In: *Filologia Bandeirante. Estudos I*. São Paulo, Humanitas. p.171-193, 2000.
- URBANO, H. Do oral para o escrito. *Anais do XXXVIII Seminário do GEL*. Bauru, UNESP, p. 633-641, s.d.